

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.304.833 - SP (2018/0134370-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : J P DE O N
ADVOGADOS : MARIA HEBE PEREIRA DE QUEIROZ E OUTRO(S) -
SP027745
LEANDRO HENRIQUE SULMONETI - SP248662
AGRAVADO : C M
ADVOGADO : DAY NEVES BEZERRA NETO E OUTRO(S) - SP303483

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL (CPC/2015). AÇÃO DE OFERTA DE ALIMENTOS E AÇÃO DE PEDIDO DE ALIMENTOS JULGADAS JUNTAS. ALIMENTOS DEVIDOS ATÉ A PARTILHA DE BENS. NECESSIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por J P DE O N contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 1130):

Alimentos. Excepcionalidade dos alimentos devidos a ex-cônjuge. Inocorrência de cerceamento de defesa. Alimentante que sofre de enfermidade psiquiátrica, teve seu contrato de trabalho rescindido, mas, no mês seguinte, constituiu sociedade com outras duas pessoas, não tendo redução significativa de sua capacidade financeira. Alimentanda que tem 53 anos, com qualificação profissional, afastada do mercado de trabalho há 17 o anos e sem prova de Incapacidade laborativa. Contexto que demonstra ser razoável estender o período de prestação alimentícia, no valor de R\$6.000,00 acrescidos da quantia relativa ao plano de saúde até o trânsito em julgado da ação em que se discute a partilha dos bens do casal. Sucumbência recíproca diante da peculiaridade do caso concreto. Inexistência de má-fé processual. Recurso da alimentanda parcialmente provido, improvido o do alimentante e prejudicado o agravo interno

interposto contra a decisão do relator que indeferiu o pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fl. 1143-1147).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração ao art. 1.695 do Código Civil e 21, parágrafo único, do CPC/1973. Assevera que a recorrida tem saúde, competência para trabalhar e poder aquisitivo para se sustentar e não necessita receber alimentos. Aduz estar ausente a necessidade no binômio necessidade/possibilidade. Aponta equívoco na fixação de sucumbência recíproca no caso, na medida em que houve acolhimento integral do pedido, ainda que o alternativo, formulado em sua inicial de oferta de alimentos.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 1205-1210).

Intimado, o Ministério Público Federal informou que o caso prescinde de opinião meritória do *Parquet* (e-STJ fl. 1255-1258).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Com efeito, ao analisar a circunstância dos caso dos autos, o Tribunal de Justiça de São Paulo entendeu razoável o pagamento de pensão alimentícia à parte recorrida até a partilha dos bens que se discute em outro processo. Examinou todo o contexto do processado para concluir que (e-STJ Fls. 1.096/1.098):

Na hipótese dos autos, portanto, para a análise do pedido de prestação alimentícia, deve ser considerado o tempo de duração da união estável, o tempo de afastamento da alimentanda das atividades laborativas, a capacidade financeira do alimentante, bem como a possibilidade de a alimentanda se reinserir no mercado de trabalho. E, nesse

contexto, mostra-se razoável que o pagamento da pensão alimentícia, no valor de R\$ 6.000,00 acrescido da quantia relativa à mensalidade do plano de saúde contratado pela alimentanda (fls. 128/130), perdure até a efetiva partilha de bens que se discute no Processo no 0051402-97.2012.8.26.0100, ainda em fase de Recurso Especial protocolado e pendente de apreciação, conforme informação obtida através do SAJ.

Nesse passo, elidir as conclusões do aresto impugnado, acatando a tese de inexistência de necessidade dos alimentos prestados pelo período determinado pelo acórdão recorrido, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

Quanto à apontada violação ao art. 21, parágrafo único, do CPC/1973, o recurso especial não pode ser conhecido.

A Corte Estadual, diante da peculiaridade do caso dos autos, manteve a sucumbência recíproca fixada na origem ao fundamento de que esta decorre do fato de terem sido julgadas juntas, a ação de oferta de alimentos manejada pelo ora recorrente e a ação requerendo alimentos manejada recorrida, com resultado que não atendeu integralmente nem a um nem a outro. No ponto, eis o voto (e-STJ fl. 1134):

E, diante desse resultado, a sucumbência deve mesmo ser recíproca. Não se desconhece o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça de que a fixação de valor a título de alimentos inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca. Contudo, o caso é peculiar, porque o alimentante ajuizou ação de oferta de alimentos de R\$4.000,00, acrescido do pagamento de seguro saúde pelo prazo de 1 ano ou qualquer outro período (fls. 06) e a alimentanda ajuizou ação de alimentos requerendo pensão de R\$ 20.621,00 (fls. 02/07 do apenso). Por isso, a sucumbência recíproca decorre do fato de alimentanda receber pensão alimentícia em valor inferior ao pleiteado e de o alimentante pagar alimentos em valor superior ao oferecido.

A insurgência recursal, no entanto, não refuta esse fundamento,

limitando-se a sustentar que o seu pedido inicial fora integralmente atendido, de sorte que o recurso não pode ser conhecido, a teor da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, no sentido de que *“é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”*.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Novo Código de Processo Civil (Enunciado administrativo n.º 07/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015. O referido dispositivo legal tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada. Com base em tais premissas, arbitro os honorários recursais em R\$ 500,00 (quinhentos reais), a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente. Ônus suspensos, entretanto, na hipótese de assistência judiciária, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator